



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

049

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 150154-0

COMARCA : Gameleira – Vara Privativa do Júri
APELANTE : Adriano Neri da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. DECISÃO DIVORCIADA DAS PROVAS COLHIDAS NOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

I – Não enseja nulidade e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença em harmonia com o conjunto probatório dos autos.

II – Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 150154-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Presidente


Des^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

050

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 150154-0

COMARCA : Gameleira – Vara Privativa do Júri
APELANTE : Adriano Neri da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Adriano Neri da Silva, conhecido por "Márcio", foi denunciado (fls. 02/05) juntamente com José Amaro Avelino Pereira, vulgo "Mucuri" (falecido), como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, com os efeitos da Lei nº 8.072/90.

Narra a denúncia que, no dia 21/04/2004, na localidade denominada Barra de Lama, município de Gameleira, os denunciados, em comunhão de esforços e desígnios, fazendo uso de arma de fogo, proferiram disparos contra a pessoa de Wilton Elias da Silva, conhecido por Tito, tendo a vítima vindo a falecer em decorrência da gravidade das lesões sofridas.

Consta, ainda, que na tarde do fato, o agente chefe de investigações da DEPOL daquele município, recebeu telefonema anônimo relatando que a vítima fora visto seguindo para o local onde foi morta na companhia do denunciado conhecido por "Mucuri" e que logo após disparos de arma de fogo o referido denunciado foi visto correndo em direção ao final da Rua de Barra da Lama e, em seguida, pegando um transporte para Ribeirão/PE.

Foi determinada a intimação do ora apelante para comparecer a audiência de interrogatório, não sendo realizada posto que este não foi encontrado (fls. 70v). O réu foi citado por edital (fls. 81), não tendo o mesmo comparecido ao interrogatório, ocasião em que foi suspenso o processo e o prazo prescricional, conforme determina o art. 366, do CPP, sendo decretada a prisão preventiva do acusado (fls. 84).

Às fls. 89, consta ofício comunicando a prisão do réu, ora apelante, Adriano Neri da Silva.

Foi declarada extinta a punibilidade do denunciado José Amaro Avelino Pereira, vulgo "Mucuri" (fls. 123), em virtude de sua morte, comprovada pelo atestado de óbito de fls. 113, conforme prevê o art. 107, I, do CPB, c/c o art. 62 do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

051

Em sentença de fls. 120/123, o acusado foi pronunciado nos termos da denúncia, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, c/c o art. 1º, inciso I, da Lei 8.072/90, com redação dada pela Lei 8.930/94.

Levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, o acusado foi condenado à sanção de 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado (art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90), como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 29, do Código Penal e art. 1º, inciso I, da Lei 8.072/90, nos termos da sentença condenatória de fls. 160/162.

Irresignado, o acusado apelou da decisão da Corte Leiga (fls. 163), oferecendo razões recursais às fls. 165/166, alegando que a decisão do Conselho de Sentença merece reparo, visto que manifestamente contrária às provas dos autos, pretendendo que seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

Em contra-razões de apelação (fls. 168/174), o Ministério Público do 1º Grau rechaçou as alegações do apelante, requerendo que seja mantida na íntegra a decisão manifestada pelos jurados.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, às fls. 188/189, ofereceu parecer opinando pelo improvimento da apelação.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 07 de novembro de 2008.


Desa Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
92-81-
052
04

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 150154-0

COMARCA : Gameleira – Vara Privativa do Júri
APELANTE : Adriano Neri da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

VOTO

Trata-se de Recurso Apelatório onde o acusado, inconformado com a decisão do Conselho de Sentença que o condenou à sanção de 15 (quinze) anos de reclusão, pugna para que seja submetido a novo julgamento, sob o argumento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

A materialidade do crime encontra-se demonstrada através da perícia tanatoscópica (fls. 24/24v) e fotografias (fls. 34/38).

No que concerne à autoria irrogada ao acusado, muito embora negada em juízo (fls. 94/95) e no plenário do júri (fls. 150/152), esta restou evidenciada nos presentes autos, ante os depoimentos das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

Atente-se que o recorrente, após a morte da vítima, não mais foi visto, permanecendo em lugar incerto e não sabido (fls. 70v). Citado por edital (fls. 81) não compareceu e foi preso em face de cumprimento de decreto preventivo (fls. 84).

A versão apresentada pelo acusado, atribuindo a morte da vítima ao co-denunciado "Mucuri", e que fugiu do distrito da culpa temendo ameaças promovidas contra si pelo falecido "Mucuri" não encontra qualquer respaldo nas provas colhidas nos autos.

Não se olvide que mesmo após a morte de "Mucuri", o apelante não se apresentou em juízo, o que demonstra que o mesmo queria furtar-se da aplicação da lei penal.

Ademais, como bem observado pelo Representante do Parquet de 1ª Instância nas suas contra-razões de apelação (fls. 168/174), *"além de uma suposta motivação de que o acusado Mucuri tinha interesse em matar a vítima pelo fato de esta lhe dever quantia decorrente da venda de*

A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

drogas, tendo "requisitado" a participação do apelante para a execução do crime, verifica-se que este último também tinha interesse próprio para tanto, uma vez que adquiriu uma arma de fogo à vítima e não quis pagá-la, preferindo ceifar sua vida". E o que se depreende do depoimento de Adenice Maria da Silva, genitora da vítima, em juízo (fls. 99/100):

"(...) Que ouviu comentários de que tinham matado seu filho com tiros e que os autores do crime eram Mucuri e MARCIO; que não sabe dizer os nomes das pessoas que fizeram esses comentários, mas que todo mundo dizia isso e que havia testemunhas que viram dois homens e uma mulher correndo após os disparos da arma, e os homens eram os dois denunciados; que soube pela ex-companheira da vítima que a vítima tinha vendido um pequeno terreno que lhe pertencia e comprou um cavalo; que depois trocou o cavalo por uma arma, pois achava que vendendo a arma ganharia mais dinheiro para construir uma casa perto da casa de seu sogro; que "alguns parceiros da vítima" disseram que tinham encontrado um comprador; que a vítima foi levar a arma para vender e que uma pessoa ficou com a arma sem dar nenhum dinheiro para a vítima; que a vítima reclamou mas tal pessoa mandou ele ir embora e ainda deu um tiro no chão; que depois soube que essa pessoa era MARCIO; que quem lhe contou tudo isso foi a ex-companheira de seu filho de nome Valéria; (...)".

Elieir de Oliveira Silva, testemunha que presenciou o apelante em situação suspeita momentos antes do crime juntamente com o denunciado "Mucuri", na fase inquisitorial (fls. 48/49), informou:

"(...) Que no dia 21 deste ano, saiu de casa por volta das seis horas deu umas voltas no cercado de Zé Oscar e em seguida, foi para a linha férrea (ponte) sozinho e ficou esperando Mucuri chegar; que é de costume, quem vai comprar maconha naquele lugar, bastar acenar com as mãos que Mucuri chega; que em seguida Mucuri chegou e ficaram os dois conversando; que logo depois chegou Tito, passado uns quinze minutos, chegou MARCIO; que ficaram os quatro conversando isto por volta das nove horas; que Mucuri deu a Tito uns cinquenta cigarros de maconha e pediu para ele ir vender na castanhola da linha do trem; que em seguida, Mucuri disse ao declarante e a MARCIO, vamos matar Tito porque ele pegou umas coisinhas minha para vender, vendeu e não me pagou; que o declarante notou que Mucuri estava com um revólver na cintura; que o declarante disse a Mucuri eu não quero fazer isto não, só tenho R\$ 4,00, quero só comprar meus dois baseados e ir embora; que o declarante deixou Mucuri e MARCIO naquele local e seguiu em direção a Gameleira; que depois soube da notícia que Tito tinha morrido; (...)".

Em juízo, às fls. 59/61, o co-denunciado José Amaro Avelino Pereira, vulgo "Mucuri" (falecido), negou a prática do delito a si imputado, no entanto atribuiu a autoria ao apelante:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"(...) Que o interrogado afirma que quem cometeu o crime foi a pessoa conhecida por MARCIO que mora na Vila do Salto; que o interrogado afirma que MARCIO queria matá-lo ou matar a vítima Tito; que afirma o interrogado que MARCIO trocou uma besta (égua) com Tito e por causa disto, alega o interrogado que MARCIO matou Tito; (...)".

Maria das Graças da Silva, esposa do co-denunciado "Mucuri" (falecido), perante a autoridade policial (fls. 64/66), corroborou as declarações prestadas pelo seu companheiro, afirmando *"que perguntado a declarante quem matou Tito, ela foi clara e objetiva, dizendo que tinha sido MARCIO; que perguntado a declarante, porque de tanta certeza, ela afirma que foi por causa da troca de uma besta que MARCIO fez com Tito vítima;"*.

Cleide Ramos Pereira (fls. 39/40 e 104), Wilson Elias da Silva (fls. 44 e 103), Cláudio Alexandre de Moura (fls. 101) e José Alberto de Oliveira (fls. 102), informam que os comentários da comunidade apontam como responsáveis pela morte da vítima o apelante e o seu comparsa "Mucuri" (falecido).

Apesar de apresentar a defesa prévia (fls. 104), o acusado não arrolou testemunhas (fls. 107).

Vê-se, pois, que os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação, na peça inquisitorial e em juízo, são coerentes entre si, visto que indicam ter sido o apelante, juntamente com "Mucuri", os autores do fato delituoso narrado na denúncia e que agiram com a intenção de eliminar a vítima, conseguindo, de fato, o propósito, posto que o motivo do crime teria sido vingança por desentendimentos ocorridos anteriormente entre os acusados e a vítima.

Por outro lado, o acusado não conseguiu provar o seu alibi de que no dia do crime encontrava-se na sua residência, nem tampouco a tese de que o co-denunciado José Amaro Avelino Pereira, conhecido por "Mucuri", tenha sido o autor do crime que ceifou a vida da vítima.

Nessa senda, o Ministério Público de 1ª Instância, ao lançar suas contra-razões (fls. 168/174), lembrou *"que José Amaro veio a falecer no dia 09 de fevereiro de 2005, não se podendo proceder à acareação entre ele e o apelante. Todavia, como de praxe, este último aproveitou-se deste fato, atribuindo a autoria do delito ao extinto companheiro"*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

055

Vale ressaltar que após o fato delituoso o réu fugiu do distrito da culpa, circunstância que sugere a autoria atribuída ao denunciado, não se olvidando, por necessário, que ninguém foge sem culpa, embora tal conduta deva ser analisada no conjunto probatório.

Importa observar, por conseguinte, que a decisão açoitada não afrontou a prova produzida durante o sumário, pois o Conselho de Sentença optou pela versão que lhe pareceu mais convincente.

Nesse sentido, trago à colação jurisprudência, *verbis*:

"Decisão manifestamente contrária à prova dos autos – Inocorrência – Julgamento que se firmou em elementos constantes do processo, posicionando-se de acordo com as teses defendidas e perfeitamente sustentáveis – Anulabilidade do veredicto popular que somente se justifica se arbitrário e totalmente dissociado do conjunto probatório" (RT 766/588).

Assim, ao acolherem a tese da acusação de que o recorrente praticou o delito descrito na denúncia, os jurados decidiram em conformidade com a prova existente nos autos, não havendo motivo para submissão do acusado a novo julgamento, visto ino correr a hipótese prevista no art. 593, inciso III, letra "d", do Código de Processo penal.

Atente-se que o acusado foi condenado pela prática de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal), crime considerado hediondo, face à norma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, circunstância que viabilizava o regime de cumprimento determinado na decisão vergastada, tendo em vista que a mencionada Lei estabelecia o cumprimento da pena em regime integralmente fechado (art. 2º, § 1º). No entanto, a Lei 11.464 de 28/03/07, modificou o dispositivo antes mencionado, determinando que a pena por crime hediondo será cumprida em regime inicialmente fechado.

Em observância aos princípios da ampla devolutividade e da retroatividade da lei mais benigna, determino a alteração do regime prisional irrogado ao apelante, para o de inicialmente fechado, tendo em vista a nova redação do § 1º, do art. 2º da Lei 8072/90, dada pela Lei 11.464 de 28/03/2007¹.

¹ Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:
§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007).
JR/ODAR/AC 150154-0



056



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Ante o expendido, nego provimento ao recurso, e, de ofício, em consonância com a nova redação do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, dada pela Lei 11.464/07, modifico o regime de cumprimento da pena para o inicialmente fechado.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Desª Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

057



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

PROCESSO Nº: 0150154-0
COMARCA: GAMELEIRA – VARA ÚNICA
APELANTE: ADRIANO NERI DA SILVA
ADVOGADO: KARL MARX DE ALMEIDA GONÇALVES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR: DR. RICARDO LAPENDA FIGUEIROA
RELATORA: DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA

VOTO REVISOR

Voto para NEGAR PROVIMENTO ao apelo, concordando com os fundamentos apresentados pela Relatora, em todos os seus termos.

Recife, 18 de 12 de 2009.


DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR